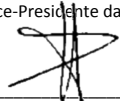




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

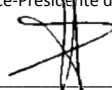
CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O MUNICÍPIO DE LOULÉ

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a contratação de serviços de segurança privada, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente caderno de encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

ARTIGO 3º

PRAZO E REGIME DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 1- O contrato iniciar-se-á imediatamente após a sua celebração, terminado em 31 de Dezembro de 2019.
- 2- A prestação de serviços terá lugar de acordo com as solicitações do Serviço Municipal de Protecção Civil, Segurança e Florestas do Município de Loulé.
- 3- A Câmara Municipal de Loulé não fica obrigada a completar, no período de vigência do contrato a aquisição das quantidades de serviços indicadas no mapa de quantidades constante da parte II deste caderno de encargos, uma vez que as mesmas são meras estimativas, que se destinam apenas a fornecer uma indicação geral das quantidades previsíveis e a permitir o cálculo do preço base do contrato.
- 4- Caso o contrato se extinga no término do prazo previsto, sem que se tenha solicitado serviços no valor global do contrato, não poderá em caso algum, por esse facto, o prestador de serviços reclamar qualquer tipo de indemnização à Câmara Municipal de Loulé.

ARTIGO 4º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, seus anexos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Executar todos os serviços indicados, dentro do âmbito do contrato, durante o período de vigência do mesmo.
 - b) Proteger pessoas e bens zelando pela sua segurança nos termos previstos na lei e no presente caderno de encargos;
 - c) Elaborar relatórios, no final de cada serviço, nos quais deverá ser mencionado o tipo e duração do serviço, bem como o registo de ocorrências ou outras situações anómalas, e contributos para a melhoria de serviços futuros. O adjudicatário deverá ainda enviar, em formato papel ou electrónico, os referidos relatórios para a Divisão de Protecção Civil e Vigilância;
 - d) O adjudicatário e consequentemente o pessoal de segurança privada obriga-se a manter confidencialidade de toda a informação a que tiver acesso, no âmbito da prestação de serviços, não transmitindo a terceiros ou fazer uso ou aproveitamento do que não seja destinado directa e exclusivamente à execução do contrato, conforme o n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio;
 - e) Dispor do pessoal necessário e com a formação e qualificação necessária para satisfazer adequadamente as exigências do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

- f) Transmitir uma imagem de eficiência e diligência no desempenho das tarefas que prestará ao abrigo do contrato e contribuir para uma boa imagem do município;
- g) Assumir a responsabilidade pelos actos do pessoal afecto à prestação de serviços, bem assim como a sua aptidão profissional e a sua disciplina;
- h) O pessoal deve estar permanentemente fardado e munido de credencial ou outro documento de identificação, emitido pelo adjudicatário.

2- A título acessório, o prestador de serviços, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, nos termos do presente caderno de encargos.

ARTIGO 5º

CONTROLO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

1- DIREÇÃO TÉCNICA:

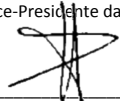
- O adjudicatário deverá entregar a direcção técnica da prestação de serviços a um técnico de reconhecida competência em trabalhos semelhantes que responderá pela direcção técnica da prestação ao(s) responsável(is) pela fiscalização da prestação de serviços nomeados pelo Município de Loulé.
- O Diretor Técnico deve ser indicado pelo Adjudicatário ao Município de Loulé, com a sua identificação completa, qualificação técnica e o seu contacto telefónico.
- Sempre que convocado, o Diretor Técnico afecto à prestação de serviços deverá comparecer nos locais da convocatória.

2- FISCALIZAÇÃO:

- Compete ao Município de Loulé o controlo e fiscalização dos trabalhos inerentes à prestação de serviços.
- O Município de Loulé notificará o Adjudicatário da identidade do(s) representante(s) que designe para a fiscalização da prestação de serviços.
- A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.
- O Município de Loulé poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

ARTIGO 6º

RESPONSABILIDADE CIVIL E SEGUROS

1- O adjudicatário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito da prestação de serviços contratada.

2- O adjudicatário fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, e de responsabilidade civil nos termos previstos na Lei nº 34/2013, de 16 de maio, que deverá apresentar à Entidade Adjudicante antes do início da prestação de serviços e, posteriormente, sempre que o seja solicitado.

ARTIGO 7º

SIGILO

De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 34/2013, de 16 de Maio, o adjudicatário e consequentemente o pessoal de segurança privada afecto ao mesmo obriga-se a manter confidencialidade de toda a informação a que, eventualmente, venha a ter acesso no âmbito da presente prestação de serviços, não transmitindo a terceiros ou fazer uso e/ou aproveitamento do que não seja destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

ARTIGO 8º

PREÇO CONTRATUAL

1- Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Loulé (incluindo as despesas de vencimentos, contribuições sociais, prémios de seguros contra acidentes de trabalho, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, uniformes e cartões profissionais de identificação do pessoal, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

ARTIGO 9º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1- As quantias devidas por cada serviço pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a recepção das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.
- 2- O Adjudicatário apresentará a fatura relativa a cada serviço prestado, de acordo com os preços unitários apresentados na proposta adjudicada, devidamente acompanhada de relatório de execução de serviços.
- 3- O pagamento dos serviços efetuados apenas será processado, após a aprovação do relatório de execução de serviços, uma vez que se considera o serviço como executado, apenas após o cumprimento desta formalidade.
- 4- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova factura corrigida ou emitir nota de crédito.
- 5- Não são autorizados adiantamentos por conta de serviços a prestar.

ARTIGO 10º

SANÇÕES CONTRATUAIS

- 1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Quando ocorra incumprimento relativamente ao horário indicado pelo Município de Loulé é aplicada uma pena pecuniária de € 100,00 por ocorrência, à qual acresce uma pena pecuniária adicional calculada da seguinte forma:

$$Pp = H \times VHH \times 5$$

Sendo,

Pp: valor da pena pecuniária

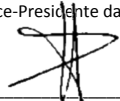
H: Nº de horas ou fração em atraso

VHH: Valor hora homem contratado

b) Quando ocorra incumprimento relativamente a serviços solicitados e não prestados é aplicada uma pena pecuniária no montante de 2% do valor global do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

2- O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditado a favor da Entidade Adjudicante e deduzido na fatura do mês seguinte.

ARTIGO 11º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

ARTIGO 12º

RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verificarem três incumprimentos;
- b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 13º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 14º

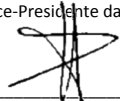
EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

1- A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações do contrato, caso haja sido exigida nos termos do Programa de Procedimento, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

2- A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

ARTIGO 15º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 16º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 17º

PREÇO BASE

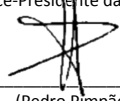
O preço base do procedimento é de **€ 189.997,50** (cento e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e sete euros e cinquenta cêntimos) e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objecto do concurso.

ARTIGO 18º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

ARTIGO 19º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O presente procedimento tem por objecto a contratação de serviços de segurança e vigilância em eventos e em instalações e espaços municipais.

De um modo geral, os serviços a prestar incluem:

- Vigilância de pessoas e de bens;
- Controlo de acessos
- Rondas a edifícios e outras instalações;
- Acompanhamento e Defesa Pessoal;
- Assistentes de Recintos Desportivos;
- Assistentes de Recintos de Espectáculos;
- Transporte, tratamento e guarda de valores.

Mais especificamente poderá ser necessário assegurar ainda o seguinte:

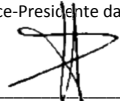
- Detectar os riscos de segurança que afectam pessoas e bens e actuar no sentido de os eliminar ou, se isso não for possível, de os minimizar, comunicando-os à Divisão de Protecção Civil e Vigilância.
- Adoptar medidas imediatas em situações anómalas (incêndio, tentativa de intrusão, derrame, avarias eléctricas, ameaça de bomba, catástrofe natural, entre outras), de acordo com as regras de segurança estipuladas para o efeito;
- Elaborar relatórios de incidentes, sempre que estes ocorram, onde sejam relatadas todas as anomalias detectadas e o tratamento dado às mesmas;
- Controlar as entradas e saídas de pessoas, de mercadorias e equipamentos;
- Controlar volumes, embrulhos, pastas, etc., através de uma vigilância discreta;
- Abrir e encerrar as instalações, com controlo de portas e janelas;
- Realizar rondas no interior das instalações;
- Prevenir o uso indevido das instalações e equipamentos (elevadores, cancelas das portarias, etc.);
- Guardar e controlar chaves que, por ventura venham a ser confiadas;
- Ligar e desligar o quadro da instalação eléctrica;
- Monitorizar o sistema automático de controlo de acessos (devendo o pessoal possuir conhecimentos mínimos de informática, na óptica do utilizador).
- Dar cumprimento ao estabelecido nos planos de prevenção e segurança e planos de emergência.

O Município de Loulé, através do Serviço de Protecção Civil, Segurança e Florestas solicitará o serviço, indicando as características do mesmo, duração, local, e número de postos de serviços necessários com uma antecedência



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

mínima de 48 horas antes do início da prestação. No caso dos serviços que carecem de alvará do tipo D, o pedido será feito com uma antecedência mínima de 4 dias.

Nas ocasiões, onde seja contratado mais do que um posto de vigilância em simultâneo, o prestador de serviços deve equipar todo o seu pessoal com rádios portáteis.

Nos eventos em que sejam necessários 5 ou mais elementos de vigilância/segurança, deverá ser indicado pelo adjudicatário um coordenador para o efeito. Para além disso todo o dispositivo principal, deverá estar equipado com rádios, bem assim como, os elementos da organização.

Os vigilantes, em circunstância alguma, podem abandonar um posto de vigilância sem serem previamente revezados.

Os serviços solicitados serão dados como terminados pelo responsável indicado pelo Município de Loulé, pelo que os vigilantes afectos a cada serviço não deverão abandonar o local antes dessa autorização.

2. QUANTIDADES PREVISTAS

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES ESTIMADAS (HORAS)
SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PARA EVENTOS, EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, PROTECÇÃO PESSOAL E TRANSPORTE E GUARDA DE VALORES	18.095